



PRESENÇA E CULTURA NEGRA EM AMERICANA-SP

Maria Júlia List Rizato¹

Universidade de São Paulo, Instituto de Arquitetura e Urbanismo, São Carlos, SP, Brasil.

Vitor Daniel Menck²

Universidade de São Paulo, Instituto de Arquitetura e Urbanismo, São Carlos, SP, Brasil.

Resumo: O presente artigo analisa a presença negra no interior paulista a partir do recorte na cidade de Americana-SP na região de Campinas. Abordamos a existência das africanidades na história e cultura nacional, além das ações empreendidas pelo Estado e pelas elites a fim de marginalizar e estereotipar as populações negras ao longo da história. Também, uma breve consideração sobre as resistências empreendidas por homens e mulheres negros para garantir sua subsistência e manutenção de seus saberes, com destaque para os quilombos. Por fim, destacamos na história de Americana as existências negras em um período escravista, e em seguida buscamos apontar as possíveis ocupações pós-abolição, chegando na constituição atual dos bairros. Todas essas análises partem de um referencial teórico interdisciplinar, que transita na arquitetura, urbanismo, geografia e história e também em dados obtidos por meio do emprego da história oral.

Palavras-Chave: Africanidades; Territórios negros; Cultura negra; Memória negra; Americana-SP.

BLACK PRESENCE AND CULTURE IN AMERICANA-SP NEGRITO

Abstract: The present article analyzes the black presence in the interior of the state of São Paulo, focusing on the city of Americana-SP in the region of Campinas. We discuss the existence of Africanness in national history and culture, and the actions taken by the state and the elites to marginalize and stereotype black populations throughout history. Also, a brief consideration about the resistance undertaken by black men and women to guarantee their subsistence and maintenance of their knowledge, with emphasis on the kilombos. Finally, we emphasize in the history of Americana the black existences in a slavery period, and then we try to point out the possible post-abolition occupations,

¹ Graduanda de Arquitetura e Urbanismo no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU/USP) e pesquisadora na área de ciências sociais, atualmente dedica-se à pesquisa de iniciação científica intitulada "A presença negra na Vila Carioba no Pós-Abolição em Americana-SP", financiada pela FAPESP. E-mail: majurizato@usp.br. ORCID: orcid.org/0000-0002-5983-9308

² Graduando em Arquitetura e Urbanismo pelo IAU-USP, pesquisador de Iniciação Científica do projeto "Práticas Culturais e Saberes Tradicionais Negros em Americana-SP", orientado pela professora Joana D'Arc de Oliveira, realizado entre 2021 e 2023 com fomento da FAPESP. E-mail: vitor.menck@usp.br. ORCID: orcid.org/0000-0003-0850-7503

arriving at the current constitution of the neighborhoods. All these analyses are based on an interdisciplinary theoretical referential, which transits through architecture, urbanism, geography, and history, and also on information obtained through the use of oral history.

Keywords: Africanities; Black territories; Black culture; Black memory; Americana-SP.

PRESENCIA Y CULTURA NEGRAS EN AMERICANA-SP

Resumen: El presente artículo analiza la presencia negra en el interior del Estado de São Paulo, empezando por la ciudad de Americana-SP en la región de Campinas. Abordamos la existencia de la africanidad en la historia y la cultura nacionales, además de las acciones emprendidas por el Estado y las élites para marginar y estereotipar a las poblaciones negras a lo largo de la historia. También, una breve consideración de la resistencia emprendida por los hombres y mujeres negros para asegurar su subsistencia y el mantenimiento de sus conocimientos, con énfasis en los quilombos. Por último, destacamos en la historia de América las existencias negras en un período de esclavitud, y luego buscamos señalar las posibles ocupaciones post-abolición, llegando a la constitución actual de los barrios. Todos estos análisis parten de un referencial teórico interdisciplinario, que transita en la arquitectura, el urbanismo, la geografía y la historia y también en datos obtenidos a través del empleo de la historia oral.

Palabras-clave: Las africanidades; Territorios negros; La cultura negra; Memoria negra; Americana-SP.

PRÉSENCE ET CULTURE NOIRES DANS L'AMERICANA-SP

Résumé: Le présent article analyse la présence noire dans l'intérieur de l'État de São Paulo, en commençant par la ville d'Americana-SP dans la région de Campinas. Nous abordons l'existence de l'africanité dans l'histoire et la culture nationales, ainsi que les actions entreprises par l'État et les élites afin de marginaliser et de stéréotyper les populations noires à travers l'histoire. En outre, une brève considération de la résistance entreprise par les hommes et les femmes noirs pour assurer leur subsistance et le maintien de leurs connaissances, en mettant l'accent sur les quilombos. Enfin, nous mettons en évidence dans l'histoire de l'Americana les existences noires dans une période d'esclavage, et cherchons ensuite à indiquer les occupations possibles après l'abolition, pour arriver à la constitution actuelle des quartiers. Toutes ces analyses partent d'un référentiel théorique interdisciplinaire, qui transite par l'architecture, l'urbanisme, la géographie et l'histoire, ainsi que par les données obtenues par l'emploi de l'histoire orale.

Mots-clés: Africanités; Territoires noirs; La culture noire; Mémoire noire; Americana-SP.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo discutir a presença negra na cidade de Americana, levando em consideração as formas de existência dos corpos negros nas cidades brasileiras ao longo dos últimos séculos a partir do pós-abolição e a história

particular de colonização desse território. A pesquisa parte primeiramente da contextualização cultural em relação à África Negra (ao sul, uma vez que a maioria dos escravizados migraram forçados da África Central), delineando compreender suas manifestações nas comunidades brasileiras.

Para tal, buscamos compreender o continente africano a partir de autores que o tratam de pontos de vista decoloniais, ou seja, que rompam com a abordagem colonialista e estereotipado que reduz o continente a aspectos negativos. No que tange a cultura, seguimos a definição de Kabengele Munanga (2009), em que “cultura é um conjunto complexo de objetos materiais, comportamentos e ideias, adquiridos numa medida variável pelos respectivos membros de uma dada sociedade” e de Cunha Junior (2010) em que “patrimônio cultural da população negra é tudo que confira valor a memória negra, a identidade negra e a produção da história e cultura negra.”.

Embora a região estudada tenha uma pluralidade impressionante de etnias, culturas e costumes, a migração forçada para as Américas reduz essas variações sobre um único termo: negro. A destituição desses indivíduos de suas terras não evita que sua cultura continue a se manifestar, mesmo que tolhidos pelo confinamento e a criminalização de seus costumes e raízes, já que encontram outras formas de conectar-se com sua ancestralidade, adaptando-a a nova territorialidade, a miscigenação de etnias e aos novos laços criados nesse contexto (MBEMBE, 2014).

No cenário brasileiro de miscigenação não é possível determinar com precisão a origem étnica da população negra, além das tentativas incansáveis de apagamento da história da servidão deste povo, resultando em escassez documental, principalmente na cidade objeto de estudo, que aparenta ter sido bem sucedida nesse quesito, uma vez que carece de incentivos a preservação da memória, deixando o pouco que resta em péssimas condições (não possui um pró-memória que ofereça acesso aos documentos históricos da cidade, a maioria dos prédios históricos encontram-se à beira de ruir, e vários deles já foram demolidos). Apesar disso, a herança africana permanece presente na arquitetura, na música, na língua e nas comidas, e pretendemos compreender neste artigo os processos envolvidos nessas relações no contexto urbano, além de algumas das resistências exercidas nesses territórios e a sequente presença negra e de suas tradições em Americana.

2. HERANÇAS AFRICANAS, URBANIZAÇÃO BRASILEIRA E RESISTÊNCIAS NEGRAS

Como apresentado anteriormente, o tráfico de cerca de 12 a 13 milhões de seres humanos (ANJOS, 2010, p. 5 apud JESUS; CUNHA JUNIOR, 2020, p. 1047) transportados para o Brasil passam a constituir a maioria da população brasileira, sendo o país com maior número de africanos fora da África, portanto seria lógico concluir que o país teria sido colonizado pelos negros, embora a cultura dominante seja de origem européia. Todavia ao “enegrecer” olhar as influências negras evidenciam-se na cultura brasileira em diversos aspectos, nesse artigo em específico focaremos nas tradições construtivas, e como se adaptaram ao clima e materiais disponíveis em território brasileiro.

Cada região do continente africano desenvolveu sua técnica construtiva a partir de minuciosas observações ao clima do local, em relação a umidade, precipitação, vegetação e materiais disponíveis e abundantes na região, juntamente do conhecimento adquirido durante gerações (transmitidos oralmente), produzindo habitações mais confortáveis termicamente e com excelentes soluções para lidar com as intempéries, além de relacionar-se com o território em que está inserido e sua população intimamente, visto que toda vizinhança responsabiliza-se pela construção da casa, orientados por uma pessoa mais experiente, que Weimer classifica como arquiteto em seu livro *Inter-relações afro-brasileiras na arquitetura* (2014). As crenças religiosas e a cultura de diferentes etnias também influenciam a organização dos espaços, seus tamanhos e funções, como será detalhado a seguir.

Por representarem a principal etnia a fornecer mão de obra escravizada para o Brasil, e para o sudeste, os Bantos representam um papel de destaque na arquitetura nacional, sendo as técnicas construtivas mais empregadas por estes o pau a pique ou taipa de mão, que consiste em uma estrutura de madeira maciça onde os vãos são preenchidos com barro, amplamente usado nos primeiros séculos da colonização, considerando sua rapidez para ser construída, e a abundância de terra e madeira que o país oferecia, os beirais salientes e as varandas de chão batido também são influência desse povo, e incorporaram-se à arquitetura vernacular, dado que essas técnicas foram desenvolvidas ao longo de gerações para lidar com o clima quente e por isso funcionaram tão bem em solo brasileiro, devido a suas semelhanças climáticas.

Suas casas também eram costumeiramente pequenas, dado que eram consideradas mais aconchegantes, e segundo as crenças impulsionariam a natalidade,

além de não deixar espaço para espíritos nefastos, de acordo com seus fundamentos religiosos, ademais um fogo se mantinha aceso dia e noite na entrada da residência para afastá-los, e quando apagava significava mau agouro. Em Slenes (2011) em seu livro “Na senzala uma flor - Esperanças e recordações da família escrava: Brasil Sudeste, Século XIX”, o autor analisa relatos de diversos europeus em relação aos escravizados, e percebe-se uma estranheza e repulsa do fogo sempre aceso, tratado com deboche pelo fazendeiro, que como ele pondera, ao tentar repetidas vezes apagar o fogo o negro ficava infeliz e até doente, alegando que estes eram resistentes e não dormiam sem suas brasas. O relato evidencia como mesmo no cativeiro estes indivíduos faziam questão de manter as tradições de sua origem, ainda que sob muita resistência e estranhamento da cultura dominante.

Os sudaneses, outro povo trazido em massa para o país, contribuíram ativamente para a popularização das estruturas de pedra para evitar umidade das paredes de taipa de pilão, ou adobe, além do telhado íngreme, essencial para drenar a água da chuva em locais super úmidos.

A mesclagem de uma imensa pluralidade de culturas coexistindo resultou em uma arquitetura diversificada, onde algumas técnicas se popularizaram mais que outras em função da adequação climática e o que mais fazia sentido na região empregada, as varandas, por exemplo, são mais comuns que os alpendres, típico português.

No território de Americana a construção que apresenta algumas dessas características típicas africanas é o Casarão do Salto Grande, construída por escravos entre 1799 e 1810, possui as paredes de taipa de pilão externas com quase um metro de espessura e as divisas internas de taipa de mão, além do pé direito de 12 metros de altura, sendo um dos últimos sobrados em estilo colonial mineiro que utilizavam o térreo para serviços e o primeiro pavimento como moradia isolada remanescente sem profundas alterações (LEMOS, 1999).

A senzala adjacente e também foco do estudo, costumava ter o formato em L (como observa-se na aquarela de Hércules Florence), atualmente apenas o bloco junto ao sobrado permanece no local, ambos em péssimas condições de conservação, mesmo após o tombamento pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT).

Independente dos inúmeros vestígios que comprovam a presença negra na localidade, estes indivíduos são frequentemente desconsiderados da história, enquanto a

imigração de outras nacionalidades é enfatizada, como a italiana, norte-americana e outras de origem européias, estes os quais são considerados indispensáveis para o desenvolvimento econômico, político, social e até mesmo étnico da cidade.

O Brasil tem sua história marcada por conflitos entre a população negra africana detentora de saberes e a população branca exploradora, além dos povos nativos. Um desses conflitos está inserido diretamente no contexto da urbanização brasileira no século XX, que conservou as relações de poder herdadas do período do escravismo criminoso os readaptando ao período da pós-abolição, criando políticas de desqualificação das populações negras nas cidades e fortalecendo as estruturas de poder da população branca.

Considerando que cerca de 85% da população brasileira vive hoje em meio urbano, e que é neste meio em que são desenvolvidas as mais diversas relações sociais, e onde são produzidas identidades individuais e coletivas, porém que de forma eurocêntrica, afastam desde a abolição características da cultura negra, se faz necessário, debater essa lógica urbanística e certas políticas públicas que ignoram a existência e/ou particularidades da população negra, que é colocada em um processo de desqualificação social e marginalização espacial. Henrique Cunha Júnior (2019, p. 22) afirma que “os lugares da negra são lugares fora das ideias do pensamento urbanístico brasileiro por diversas razões e tem como consequência uma política pública de prejuízos sociais, econômicos, culturais, políticos e educacionais para esse grupo”.

A urbanização brasileira equiparada desta intenção colonial formalizou uma dualidade entre centro e periferia caracterizado por um “não lugar”, com pouco planejamento urbano, equipamentos e espaços públicos, e onde se concentra a população negra das cidades. Segundo Chalhoub (2004), as cidades brasileiras no pós-abolição eram espaços de notável presença negra devido ao grande número de trabalhadores e comerciantes antes escravizados, que ocupavam espaços de uso coletivo, como as habitações denominadas como cortiços. As políticas sanitaristas advindas das dificuldades higiênicas desses espaços e as epidemias serviram de pretexto para justificar as remoções sistemáticas dessas populações dos centros urbanos, transferindo-os para áreas periféricas desprovidas de sistemas públicos. Nesse sentido, foram definidos lugares como sinônimos de áreas de maioria afrodescendente, como é o caso de mocambos, arrabaldes, favelas, alagados, palafitas e outras denominações. (CUNHA, 2019).



Isso impacta as experiências de espaço, o ir-e-vir, na medida em que indivíduos e grupos subalternizados causarão, em determinados contextos, sentimentos de espanto, estranhamento e até mesmo repulsa – contextos e lugares onde sua presença é indesejada, e onde as fronteiras invisíveis se materializarão através dos comportamentos dos outros. (SANTOS, 2012, p. 58)

A falta de espaço para a presença africana nas cidades civilizadas de maneira europeia se manifesta, segundo Raquel Rolnik (1989, p. 7), em um código de posturas municipal de São Paulo de 1886 que proibia diversas práticas consideradas africanas dentro das cidades, como as quituteiras, pois “atrapalham o trânsito”; os mercados serem transferidos, pois “afrontam a cultura e conspurcam a cidade”; os pais-de-santo não podem trabalhar, pois são “embusteiros que fingem inspiração por algum ente sobrenatural”. As perseguições sofridas pelas populações negras são de notável repressão e criminalização de sua tradicionalidade e cultura, inclusive por forças policiais, se estendendo por exemplo às práticas religiosas do Catimbó, Candomblé e Umbanda, ou a formas de socialização como os batuques, samba, pastoris, maracatus, bumba meu boi, marabaixo, maxambombas, mamolengos, teatro de rua e danças em salões.

A maneira como essas práticas são repelidas das cidades ajuda a compreender a complexidade (espacial, temporal e social) das relações raciais brasileiras, onde a presença de indivíduos negros em determinados locais e momentos leva a comportamentos subjetivos (ou objetivos) dos sujeitos que os rodeiam que podem demonstrar aceitação e valorização quanto estes considerarem adequada a sua presença ou repressão, não aceitação ou repulsa, quando estes saem dos locais pré determinados para sua existência, quebrando a barreira invisível que os separa do restante da sociedade (SANTOS, 2012).

Além disso, ainda com o processo abolicionista em andamento, houveram diversas formas de incentivos para a vinda de milhares imigrantes europeus, de maioria italiana, para “substituir” a mão-de-obra negra escravizada, acompanhada de um discurso progressista de que europeus civilizados trariam sua cultura para ajudar a desenvolver a nação, além de formular uma teoria racial onde a população europeia etnicamente superior iria, através da miscigenação, branquear a população. Esta relação está presente na grande maioria das cidades brasileiras, incluindo, como se verá mais à frente, em Americana, cidade objeto desta pesquisa.

As metas da política da república eram impor uma nação homogênea, moderna, no sentido europeu e sem antagonismos entre a população negra e branca,



eliminando as marcas do passado do escravismo criminoso e ignorando os conflitos acumulados durante a sua existência, sem, contudo, fazer nenhuma concessão política, econômica ou social às “classes sociais” afrodescendentes herdeiras desfavorecidas do regime político passado (CUNHA, 2019, p.33).

É neste panorama geral que Cunha (2019, p. 10) nos apresenta o tema dos bairros e cidades negras, que define como “áreas geográficas de existência de formas de vida da população negra, obstruídas e limitadas pelas estruturas do racismo estrutural antinegro”. São nestes espaços em que as remanescências tradicionais e culturais negras são mais evidentes, e que, portanto, são de fundamental importância de serem estudadas a fim de mapear e registrar boa parte da formação básica nacional, que possuem origem africana. Estes territórios negros na cidade se consolidaram como quilombos, onde a organização interna proporciona a subsistência, a proteção e os ensinamentos religiosos e culturais.

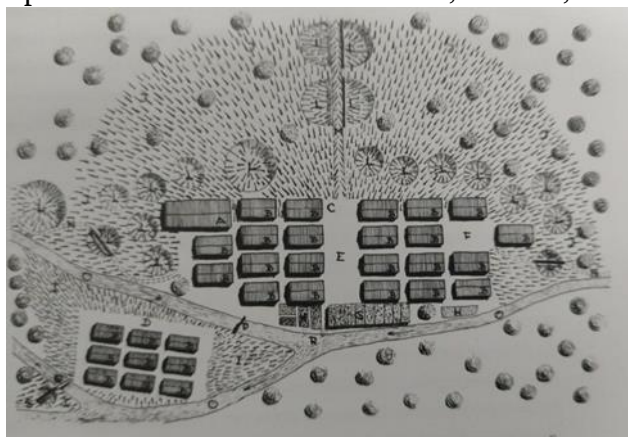
Todos esses processos de desqualificação das populações negras na formação dos territórios nacionais descritos não foram recebidos de forma passiva, desde o período escravista já eram organizadas sociedades e irmandades negras que se consolidaram no pós-abolição com atividades culturais e recreativas incluindo publicações em jornais, produção literomusical e teatral, passeios, piqueniques e bailes em fins de semana em salões alugados ou em sedes próprias. Os negros foram os verdadeiros responsáveis pelo desmanche da escravidão e pela conquista de seus espaços no pós-abolição, e, por, mesmo diante dos inúmeros projetos de exclusão, manterem vivas muitas das tradições e traços culturais africanos que formulam uma das principais bases culturais do país.

Dentre as diversas formas de resistência exercidas por estes sujeitos, destaca-se a constituição do quilombo que acompanhou sem exceções qualquer lugar em que se instituiu o regime de cativo, de forma a protestar contra às condições desumanas e alienadas a que eram submetidos, inclusive no continente africano, exclusivamente nos países em que a captura de nativos para o tráfico torna-se comum, desenvolvendo estratégias de defesa e construções que se assemelham aos quilombos das Américas, mesmo que a um oceano de distância.

Costumava-se escolher terrenos de difícil acesso, perto de brejos, no meio da mata, no topo de relevos, de forma que fosse possível ver qualquer pessoa se aproximando. Vários caminhos levavam ao quilombo, a maioria escondidos, alguns falsos, e outros onde se posicionavam armadilhas no caso de invasores, como lascas de madeira envenenadas, fossos com estacas ao fundo, além disso, pequenas trilhas davam acesso a esconderijos bem escondidos, em caso de ataque. No geral eram cercados com

muralhas para proteção, e no seu interior eram dispostas as construções monofuncionais, provavelmente utilizadas como dormitório e armazenamento de alimentos, em alguns casos ferreiros (explicitando a fabricação própria de armas) e casas de fabricação de farinha de mandioca. A criação de animais de pequeno porte e plantação de outros alimentos também era feito dentro deste espaço, destacando-se frutas, hortaliças, mandioca, feijão, milho, cana de açúcar e algodão.

Figura 1: Quilombo O buraco do Tatu, em Itapuã, próximo a Salvador, Bahia, de 1763, exemplificando as estruturas de defesa, no caso, estrepes.



Fonte: WEIMER, G., 2014, p.167.

O relacionamento desses aldeamentos com as redondezas também era essencial para a sobrevivência desses indivíduos, há registros de trocas comerciais e de informações entre aldeamentos indígenas, comerciantes e escravos das fazendas ao redor e quilombolas, além da venda de itens variados por esses nas cidades ao redor, garantindo certa independência aos quilombos, ademais informações sobre potenciais ataques por bandeirantes, tropas imperiais ou senhores de escravos. “Esse comércio proporcionava ao quilombo meios de se armar e manter, durante muito tempo, seu reduto” (MOURA, 1993, p.26).

Ao mesmo tempo que trabalhava suas relações vizinhas os quilombos se desenvolviam internamente, de maneira a alimentar toda sua população, além da produção têxtil, metalúrgica e artesanal que conferiam os produtos essenciais para sua subsistência. Organizavam-se também em caso de guerras ou isolamento, sem que houvesse grandes crises na produção, sendo essa dupla atividade o que garantiu sua resistência durante o grande período de repressões do Estado. O nível de organização dos quilombados era tão considerável que colocava em pânico os donos de escravos, que

lutam com todas as forças para exterminar estes, portanto não seria correto desconsiderar o papel dos quilombos no desgaste das relações escravistas.

As revoltas constantes de escravos, fugas em massa e o crescente aquilombamento marcam os séculos XVII e XVIII, os registros desses eventos na região de Campinas podem ser encontrados em cartas trocadas entre capitão mor e governadores, relatando a revolta dos negros, que atacam fazendas e vilas, roubando e matando, inclusive os próprios senhores, evidenciando o papel desses indivíduos na abolição da escravidão que seria assinada apenas no final do século XIX.

3. HISTÓRIA E PRESENÇA NEGRA EM AMERICANA-SP

O surgimento da cidade de Americana começa por volta de 1777 a partir de um povoamento entre os rios Atibaia e Jaguari (que formam o rio Piracicaba), que configura um distrito do município de Campinas, e onde foram plantadas lavouras de cana-de-açúcar. Em 1799, a coroa portuguesa doou a sesmaria correspondente a esta região, denominada Salto Grande, a Domingos da Costa Machado, que nas décadas seguintes dividiu parte de suas terras entre seus herdeiros e vendeu outras áreas. Nessas terras foram construídas diversas fazendas, das quais a principal delas que se faz registro é a Fazenda Salto Grande, localizada no território adquirido por Manoel Teixeira Vilela, uma propriedade edificada em 1810 por mão-de-obra negra escravizada, e que emprega os materiais e técnicas da taipa-de-pilão e taipa-de-mão, tipicamente africanos, e onde seria armazenado a cana-de-açúcar.

Figura 2: Casarão do Salto Grande



Fonte: Os autores, 2021.

Estimativas apontam que a fazenda chegou a abrigar 223 negros escravizados, uma das maiores da região, porém o inventário do filho de Manoel, Antônio Manoel Teixeira, consta mais de 400 escravizados, conforme relatado em Trevisan et al. (2019), tais escravizados moravam nas senzalas adjacentes ao casarão, conforme visto na figura. Os dados encontrados sobre estes indivíduos são mínimos, muito mais quantitativos, sem destaque à suas trajetórias e vivências, e ainda dentre esses dados há certas contradições e lacunas, mas é possível se afirmar com certeza a importância da atuação desta população na formação da cidade, inclusive no meio econômico, seja pelas atividades agrícolas ou outros serviços. Segundo a UNEGRO (União de Negros pela Igualdade) (2017), com a chegada dos imigrantes italianos para trabalhar nas lavouras, as senzalas adjacentes ao casarão foram destinadas a eles, colocando os negros em choças de pau a pique mais distantes que a senzala.

Ainda sobre o então Engenho Salto Grande, Carlos Lemos (1999) apresenta em seu livro “Casa Paulista” algumas informações que podem nos ser valiosas. O autor descreve as aquarelas feitas pelo artista local Hércules Florence em 1834, que representam o engenho em pleno funcionamento, do lado externo se observa “...uma tropa de burros, certamente à espera das caixas de açúcar fabricado no engenho, cujas chaminés estão fumegando e dizendo que as fornalhas estão acesas para o sofrimento dos escravos à volta dos tachos”, e do lado interno os escravos trabalhando nas fornalhas.

Figuras 3 e 4: Engenho Salto Grande



Fonte: Hércules Florence, 1843.

Por fim, o casarão abriga desde 1977 o “Museu Histórico e Pedagógico Municipal Doutor João da Silva Carrão”, porém muito se questiona sobre seu caráter

“histórico e pedagógico”. Em entrevista concedida aos autores, Claudia Monteiro da Rocha Ramos representando a Unegro de Americana conta como o espaço possui um projeto de ensino, didática e metodologia que não aborda a história do negro e do indígena, mas sim a do europeu.

Lá você encontrava só a vestimenta, que agora nem tá mais aberto o museu, só os móveis, e só uns instrumentos de utensílio da população branca, e aí o que que tinha do negro lá, um pelourinho que foi implantado lá dentro do casarão, que não era nem o lugar, e aí que raio de história é esse de museu pedagógico? (RAMOS, Claudia M. R., 2021, em entrevista concedida aos autores).

Dado isso, retomamos a história de formação da cidade, onde entramos nos tempos das produções cafeeiras, que tiveram rápido avanço na região oeste paulista (que compreende as regiões das cidades de Campinas, Limeira, Rio Claro e São Carlos) entre os anos 1840 e 1860, e consolidaram alguns sistemas na região de Americana, como a mecanização agrária, os sistemas de armazenamento das fazendas, e a necessidade de um transporte mais rápido da região para o Porto de Santos.

Mais tarde, na década de 1860, há grande incentivo da produção algodoeira no Brasil principalmente por conta das demandas das fábricas inglesas cujo estoques foram prejudicados pela Guerra de Secessão nos Estados Unidos ocorrida entre 1861 e 1865. Esse conflito foi motivado principalmente pela abolição da escravatura nos EUA, em que a União favorável à abolição derrotou os Confederados, que eram contrários, e muitos destes sulistas, descontentes com a derrota, emigram para o Brasil, com incentivo do Império Brasileiro que como afirmado anteriormente tinha interesse em causar o branqueamento da população.

Com o fim da guerra, os americanos voltaram a exportar algodão para a Inglaterra, tomando o lugar do Brasil no mercado internacional, e assim provocando o surgimento das primeiras fábricas de tecido no interior do estado de São Paulo para suprir a oferta de algodão. Em Americana, a primeira e principal dentre estas fábricas é a Fábrica de Tecidos e Vila Operária Carioba (nome que significa “pano branco” em tupi-guarani), onde evidências apontam que houve trabalho escravo. Segundo Ribeiro (2005, p. 45), “localizou-se no Arquivo do Centro de Memória da Unicamp, um importante documento sobre locação de escravos, datado de 1887”, referente aos proprietários da fábrica de tecidos, Clemente Wilmot, e da Fazenda Machadinho, Basílio Bueno Rangel.



O documento citado refere-se ao adiantamento que o Senhor Clement Wilmot fazia para a alforria de nove escravos, sendo cinco homens e quatro mulheres, pertencentes aos senhores Basílio e José Bueno Rangel, proprietários da Fazenda Machadinho. A transação foi feita mediante o contrato no qual os escravos se obrigavam a trabalhar durante três e quatro anos na Fábrica de Tecidos Carioba, nos dias úteis, recebendo em troca: moradia, alimentação e cuidados médicos, quando necessários. (RIBEIRO, 2005, p. 45)

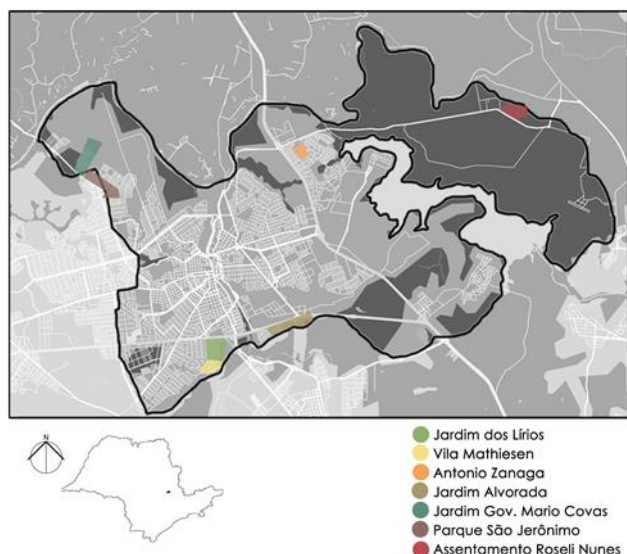
No período pós-abolição, os registros apontam que os negros de Americana se dividiram entre ficar trabalhando nas fazendas, praticando lavoura de subsistência ou se dirigindo aos centros urbanos, onde ocupavam postos de trabalhos periféricos. A fábrica de tecidos de Carioba fechou devido à falência em 1896, mas foi reaberta em 1901 quando foi arrematada pelo alemão Franz Müller, que a reinaugurou no ano seguinte. Segundo a UNEGRO (2017), relatos apontam que a presença negra em Carioba se torna menos frequente nessa época, pois a nova família não gostava de “gente de cor”, tendo pouca oportunidade de trabalho na fábrica, demonstrando que, assim como em grande parte do território nacional, a maioria da população negra no pós-abolição foram aliadas dos trabalhos formais.

A ocupação da população negra neste período se conta de modo muito fragmentado, pode-se afirmar que os negros moraram no bairro Conserva em meados do século XIX, pois eram a mão-de-obra na construção dos trilhos da linha férrea que passa paralelamente ao bairro. No centro, a única ocupação notável foi na rua Capitão Corrêa Pacheco, uma rua curta que foi conhecida como Pito Aceso, porém posteriormente essas famílias negras foram expurgadas do local, e hoje se trata de uma rua comercial do centro.

Colhidas tais informações, buscamos mapear os bairros que atualmente possuem maior concentração de população negra em Americana, a fim de tentar compreender como ocorreram historicamente os deslocamentos internos consequentes das expulsões relatadas. Baseado na entrevista com a UNEGRO indicada anteriormente, ilustramos tal relação com o mapa abaixo, onde é possível notar, em primeiro momento, que tal concentração se dá em todas as periferias da cidade, em seus limites.

Essa organização espaço-temporal das relações sociais delineia que, nos momentos e lugares em que se define o acesso às riquezas que a sociedade produz (acesso à educação, emprego, saúde, conhecimento e seus instrumentos de produção, posições de poder, etc.), as diferenças raciais são mobilizadas na forma de verticalidades e hierarquias, assim produzindo e reproduzindo inequivocamente as desigualdades raciais. (SANTOS, 2012, p.44)

Figura 5: Bairros de maior concentração da população negra



Fonte: os autores, 2021.

Dentre os bairros levantados destacamos três, o Jardim dos Lírios, a Vila Mathiesen e o Antônio Zanaga. Os dois primeiros são bairros vizinhos, como observa-se no mapa, e possuem a maior concentração de população negra na cidade, além de serem mais antigos, ocupados por volta das décadas de 40 e 50, o que já indica uma possível relação de ocupação a partir das expulsões citadas anteriormente. Do início de sua ocupação até o início dos anos 90 a região constituía uma favela, e nesta década passou por um processo de “desfavelização” empreendido pela prefeitura, e segundo Manuela Lage (2010), muitas das novas habitações foram construídas a partir de mutirões.

Esses bairros sofrem forte depreciação dos bairros vizinhos de classe média, que os relacionam ao crime, ao tráfico, à miséria, aos estereótipos racistas construídos pela história colonialista brasileira. Como exemplo, podemos citar o apelido dado ao Jardim dos Lírios para “Jardim dos Tiros”, associando os conceitos abstratos e classes perigosas, como define Chalhoub (2004), uma definição surgida no século XIX e dita das políticas de repressão fora dos limites de trabalho no pós-abolição, numa lógica em que todo cidadão pode ser suspeito até que prove o contrário, mas alguns são mais suspeitos do que outros, incluindo a população negra, e, portanto, mantendo uma política de repressão.

Já o Antonio Zanaga, é um bairro localizado nas proximidades do casarão Salto Grande, configurando também um bairro periférico surgido no início do desenvolvimento da cidade e com forte presença da população negra. Neste caso, o bairro foi construído a partir das novas leis de uso e ocupação do solo da década de 70 como uma

subcentralidade, visto seu acelerado crescimento nesta época e a grande distância do centro da cidade. Ainda nesta década, em 1978, foi construído o Conjunto Habitacional Antônio Zanaga I pela COHAB-Campinas, o primeiro empreendimento habitacional do município, já em 1980 foi entregue o Conjunto Habitacional Antônio Zanaga II.

Mas o problema habitacional de Americana não parecia sanado, pois grande parte das famílias que estavam em situação precária não tinha renda suficiente para entrar em um financiamento da COHAB – Campinas. Uma das maneiras encontradas para amenizar a situação foi o PROFILURB (Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados), que através de recursos do BNH (Banco Nacional de Habitação) financiava a produção de lotes urbanizados com infra-estrutura básica. Foi por esse caminho que Americana em 1979 a 1983 entrega 683 lotes com apenas o módulo do banheiro construído. (LAGE, 2010).

Também foram mapeadas várias das práticas culturais e tradições de origem africana dentro do município de Americana. Começamos destacando o legado de Silvia Barros (1958-2009), que era militante do movimento negro e criou a ONG Arte de Vencer e o projeto Tambor Menino, que levava a dança e cultura negra para bairros como o Mathiensen e o Jardim dos Lírios, a ONG também tinha projetos que ajudavam crianças em situação de vulnerabilidade social e mulheres na prostituição. Além disso, até a década de 90 os negros eram proibidos de entrar nos clubes da cidade, e como forma de resistência surgiram então os clubes negros como o localizado no antigo Bairro Conserva, além do carnaval de rua promovido por Silvia Barros e sua mãe, demonstrando uma importância espacial que a rua pode assumir como espaço cultural e de resistência.

Outros espaços de cultura negra que podem ser citados são as capoeiras Motta, Maguila e Abadá, o grupo de maracatu Estação Quilombo, o Centro Cultural Candeeiro que reúne práticas do Jongo, o Cacuriá, o Maculelê, o Samba de Roda, a Catira, o Xaxado, o Coco de roda, a Cenopoesia e outras, a escola de samba Acadêmicos do Salto Grande e os grupos de hip hop do Garrafão. Religiosamente, Pedro Monteiro nos conta que não existem terreiros de Candomblé na cidade, mas existem alguns terreiros de Umbanda, dentre os quais o Terreiro de São Domingos é o mais antigo e tradicional, e além dele, o Tenda do Caboclo, o Recantos dos Orixás, entre outros. Todos esses espaços preservam aspectos da cultura africana e afro-brasileira e devem ser mapeados e registrados, a fim de compreensão da relação do espaço urbano com as práticas culturais e tradicionais das

populações negras de Americana, e de certa forma de como isso pode se relacionar com todo o contexto nacional.

Com esse objetivo e de registrar as vivências e histórias desses indivíduos no território urbano, a pesquisa conta com entrevistas com moradores, de maneira a relacionar as manifestações da cultura negra dentro da cidade ao longo dos anos, com as vivências dessas pessoas dentro do contexto urbano de Americana.

Até o momento, apenas uma moradora foi entrevistada e seu relato possibilitou identificar como as práticas culturais afro descendentes se perpetuaram mesmo diante das pressões externas. A entrevistada, moradora do Cidade Jardim, identifica esses costumes em sua narrativa mesmo sem reconhecer suas origens, nesse caso, fala sobre o uso do quintal para o plantio de árvores frutíferas, hortaliças e raízes, além da criação de galinhas, como hábitos presentes na época em que a matriarca da família ainda era viva, além de receber os vizinhos e parentes na casa e quintal em dias de festas, corroborando com a teoria da permanência dos costumes quilombolas mesmo que em território urbano.

CONCLUSÃO

Como evidenciado durante artigo, a falta de políticas públicas que inserissem os negros e negras na sociedade no pós abolição, de forma a amenizar os impactos gerados pelos séculos de exploração em cativeiro e o racismo estrutural resultante, levou a marginalização das populações negras nas periferias, e na sociedade, condenando-os a pobreza e enfrentamentos políticos, profissionais e culturais.

Mesmo vivendo em uma cidade que prioriza e exalta a cultura dos imigrantes europeus e norte-americanos, ainda assim conseguem se expressar culturalmente, nos seus clubes, igrejas, irmandades, e até dentro de seus quintais, que transformam-se em verdadeiros quilombos urbanos, preservando e transmitindo, principalmente por meio da oralidade, sua cultura ancestral, mesmo que de forma inconsciente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHALHOUB, Sidney. Cortiços In: CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

CUNHA JUNIOR, Henrique; BIÉ, Estanislau Ferreira. *Bairros negros, cidades negras*. Editora Via Dourada, 2019.

JESUS, Tiago Souza de; CUNHA JUNIOR, Henrique Antunes. *Bairros Negros: Patrimônio Cultural Negro em Fortaleza-CE*. ID on line. Revista de psicologia, [S.l.], v. 14, n. 51, p. 1045-1059, jul. 2020. ISSN 1981-1179. Disponível em: <<https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/2657>>. Acesso em: 29 jun. 2021. doi:<https://doi.org/10.14295/idonline.v14i51.2657>.

LAGE, Manuela R. *Americana: as áreas habitacionais sociais na conformação do território urbano*. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) –Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Unicamp. Campinas, 2010.

LEMOES, Carlos A. C. *Casa Paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café*. São Paulo: Edusp, 1999.

MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. Lisboa: Editora Antígona, 2014.

MUNANGA, Kabengele. *Origens africanas do Brasil Contemporâneo*. Editora Global, 2009.

MOURA, Clovis. *Quilombos: resistência ao escravismo*. Editora Ática, 1993.

RIBEIRO, Maria José Ferreira de Araujo. *Memória, imigração e educação - fábrica de tecidos Carioba: uma vila industrial paulista no início do século XX*. 2005.

ROLNIK, Raquel. *Territórios Negros nas Cidades Brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro)*. Texto escrito em 1989 e publicado pela primeira vez na Revista de Estudos Afro-Asiáticos 17 – CEAA, Universidade Cândido Mendes, setembro de 1989.

SANTOS, Renato Emerson dos. *Sobre espacialidades das relações raciais: Raça, racialidade e racismo no espaço urbano*. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros. Petrópolis, RJ : DP et Alii ; Brasília, DF. V. 1. p. 36-67. 2012. ISBN 978-85-61593-54-4.

TREVISAN, G. S., GUEDES, E. C., BOCARDI, J. L. R., & FELTRIN, M. S. *Americana-SP, uma história entre rios*. Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura, v. 27, n. 1, p. 155-172, 2019.

UNEGRO – AMERICANA. *Os negros na história de Americana*. Americana, 24, jan. 2017. Facebook: Unegro - Americana. Disponível em: www.facebook.com/UnegroAmericana/. Acesso em: 01/03/2021.

Recebido em: 01/12/2021

Aprovado em: 12/11/2022